

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
RONDÔNIA

CENTRO
INTERDISCIPLINAR DE
ESTUDO E PESQUISA
DO IMAGINÁRIO
SOCIAL



REVISTA LABIRINTO
ISSN 1519-6674
ANO XIX
VOLUME 30
(JAN-JUN)
2019
P. 56-69.

A COROA DE ARAGÃO E AS RELAÇÕES COM O MEDITERRÂNEO: CASAMENTO, COMÉRCIO E DIPLOMACIA NO REINADO DE JAIME II (1291-1327)

Renato Toledo Silva AmatuZZiⁱ

Doutorando em História pela

Universidade Federal do Paraná – UFPR

RESUMO

O Mar Mediterrâneo foi alvo de grandes disputas na Idade Média. Diversos fatores motivaram reis, mercadores e inúmeras pessoas a cruzarem suas águas, como as tentativas de monopolizar rotas comerciais, as guerras travadas pelas posses de ilhas além das motivações religiosas, de imaginário e as promessas de riquezas vindas de lugares distantes estimularam a busca pelo novo. Esse artigo tem como objetivo traçar um breve panorama histórico, político, econômico e cultural das relações estabelecidas entre o Mediterrâneo e a Coroa de Aragão durante o reinado de Jaime II, mostrando os meandros tomados pelo monarca na tentativa de consolidar um projeto imperial marítimo.

Palavras-Chave: Coroa de Aragão; Jaime II; Mar Mediterrâneo.

ABSTRACT

The Mediterranean was the object of significant disputes in the Middle Ages. Attempts at monopolizing trade routes, wars fought over control of the islands beyond the religious motivations and the idealization of the promises coming from remote locales motivated kings, merchants and people beyond count to cross the maritime vastness in search of riches, spices, relics and contact with the new. This article has as its objective to trace a brief historical, political, economic and cultural panorama of the relationships established between the Mediterranean and the Crown of Aragon during the rule of King Jaime II, showing the meanders taken by the monarch in the attempt of consolidating an imperial maritime project.

Keywords: Crown of Aragon; Jaime II; Mediterranean Sea.

Introdução

Este artigo objetiva traçar um panorama político, econômico e cultural da Coroa de Aragão durante suas tentativas de consolidação marítima pelo Mediterrâneo, mostrando as esferas de atuação política dos seus reis e as relações de tensão e paz diplomática firmada entre diversos reis, portanto, alguns eventos políticos e acordos econômicos são essenciais para serem compreendidos como parte de uma pesquisa parcial de minha tese de doutorado onde as fontes analisadas pareceram num primeiro momento, de pouca clareza sem o entendimento contextual adequado, portanto, essas páginas que se seguem buscam organizar e sistematizar alguns eventos importantes para Aragão e fornecer ao leitor algumas bases factuais da primeira metade do século XIV e ofertar também algumas referências bibliográficas básicas para o entendimento desse recorte temporal mais específico numa região precisa.

Durante o reinado de Jaime II, o Justo (1267-1327 rei desde 1291), a Coroa de Aragão consolidou um antigo projeto de expansão marítima pelo Mar Mediterrâneo idealizado por Jaime I, o Conquistador (1208-1276 rei desde 1213). Os motivos que levaram Jaime II a iniciar uma custosa empreitada marítima para o Mediterrâneo Oriental foram muitos: a perda da Sicília para a França (1295), as sucessivas

derrotas enfrentadas em âmbito peninsular, como o fracasso na conquista de Almería (1309) e a morte de sua esposa, a rainha Blanca de Anjou (1280-1310 rainha desde 1297). O fracasso peninsular findava as ambições de anexar as terras ao sul da Península Ibérica, região estratégica para o comércio com o norte da África e os mercados dos califados islâmicos da região. Ademais, as relações com o Reino de Castela estavam abaladas há algum tempo, desde, por exemplo, a interferência aragonesa na disputa sucessória após a morte de Afonso X (1284), a dissolução de casamentos por parte de Aragão e a disputa por terras no reino da Murcia.ⁱⁱ Iniciar uma ofensiva contra os castelhanos não era uma opção viável para os cofres régios naquele momento e poderia prolongar um conflito já extenso.

A saída para reverter à crise econômica que se espreitava pelo reino foi direcionar os esforços físicos, diplomáticos e, sobretudo, financeiros para o Mediterrâneo, um espaço de grande importância para os aragoneses cujos domínios se embasaram em pretextos religiosos, logísticos e de abastecimento, além de representar “o desbloqueio da Coroa aragonesa do isolamento em que se encontrava”, pois, “ao obter os tráficos levantinos teria uma nova saída vital para as exaustas finanças reais e estabelecer pacificamente as bases para afirmar seus próprios interesses comerciais” (GIUNTA, 1988, p.15). No entanto, ao evitar um conflito direto

com seus vizinhos castelhanos, Jaime II iniciou uma disputa com os mercadores genoveses e venezianos, grandes competidores na monopolização das rotas mediterrânicas e fortes inimigos marítimos.

Jaime II e o Mediterrâneo Ocidental

Para entendermos substancialmente as motivações de Jaime II em dedicar tantos esforços na conquista marítima, é preciso compreender um dos episódios mais significativos no começo do seu reinado, a chamada *Questão Siciliana*, um conflito que se estendeu desde a segunda metade do século XIII até a primeira metade do XIV e foi um dos pontos nevrálgicos para a expansão da Coroa na porção oriental mediterrânica. Desde a segunda metade do século XIII a família Hohenstaufen, herdeira legítima do Sacro Império Romano Germânico, governava a ilha da Sicília. As ambições imperiais no Mediterrâneo Ocidental deixaram em estado de alerta os reis da França e os condes da Provença, interessados na ilha pela alta produtividade de trigo e por ser um epicentro comercial com diversas localidades. Em 1262, o monarca de Aragão, Pedro III (1239-1285 rei desde 1262), se casou com Constança de Hohenstaufen (1249-1302, rainha desde 1262), estreitando os laços entre Aragão e o Sacro Império na ilha e formando uma aliança bélica contra os interesses franco-papais. Em 1268,

Carlos de Anjou, conde da Provença, aliou-se ao papa Clemente IV (pontificado 1265-1268) contra os exércitos aragoneses instalados na Sicília travando uma violenta batalha. Os aragoneses venceram as tropas de Carlosⁱⁱⁱ, com apoio dos sicilianos, que coroaram Pedro III rei da Sicília. A incorporação da Sicília à Coroa de Aragão ia de contra mão aos interesses pontífices, irritando os papas que governaram a Santa Sé a ponto de excomungarem Pedro III e retirarem todos os seus poderes da ilha, com o apoio de Felipe IV, o Belo (1268-1314 rei desde 1285) (MATILLA, 2006, p. 37).

A hegemonia mediterrânica tinha objetivos ambiciosos desejados pelos reis e papas da época, por isso os constantes conflitos com outros reinos, alguns desses pontos de disputa foram: o controle mercantil da porção ocidental mediterrânica; a abertura do comércio com o Mediterrâneo Oriental, tendo a Sicília como ponto estratégico; o estabelecimento de protetorados comerciais de fácil alcance no Magreb; a quebra do monopólio comercial dos genoveses e venezianos nos mares Adriático, Negro e Egeu e também o domínio da produção de trigo siciliano (MATILLA, 2006, p. 38). Com a morte de Pedro III (1285), os reinados de Afonso III (1265-1291 rei desde 1285) e Jaime II marcaram a restauração de poder da Coroa ao se firmar como potência bélica e também marítima na Península Ibérica. Em aproximadamente dez anos conseguiram retomar Mallorca dos

franceses, conquistar Minorca dos muçulmanos e derrotar Castela, anexando o reino da Murcia consolidando, por fim, a expansão vertical peninsular iniciada por Jaime I. Em 1291, quando Jaime II subiu ao trono, a Coroa de Aragão possuía configurações políticas e fronteiriças mais complexas e extensas, exigindo do monarca um jogo diplomático, e também matrimonial, cada vez mais articulado e pragmático.

Foi somente em 1295, disposto findar uma série de conflitos com o papado e a França, que estabeleceram o Tratado de Anagni (Itália), cuja clausula principal era o casamento de Jaime II com a princesa Branca de Anjou, filha de Carlos II de Anjou, rei da Sicília. O casamento foi uma saída encontrada após o pedido de anulação por consanguinidade do casamento original com Isabel de Castela (1283-1328), sendo esse um dos motivos do abalo nas relações diplomáticas com a vizinha peninsular e também uma das evidências de deixar a política peninsular em segundo plano (FERRANDO, 1948, p.4-5).

O tratado foi mediado pelo papa Bonifácio VIII (pontificado 1294-1303) e assinado por Felipe IV da França, Jaime II e Carlos II da Sicília. Além do casamento os seguintes pontos foram discutidos e cumpridos: a Sicília regressou a Santa Sé; foi anulada a excomunhão de Jaime II; os franceses devolveram as Baleares a Jaime II de Mallorca (1243-1311 rei desde 1276); a Córsega e a Sardenha foram entregues a Jaime II

para compensar a perda da Sicília e, por fim, Aragão forneceu ajuda a França, Inglaterra e Castela numa nova cruzada rumo ao Reino de São João do Acre.^{iv} A ideia, no entanto, foi abandonada logo no início pela falta de apoio régio (MATILLA, 2006, p.40).

Com a perda da Sicília, de Almería e a viuvez de Jaime II, era preciso rever os planos de expansão marítima, pois as ilhas ocidentais eram importantes fornecedoras de trigo, criadoras de gado e pesca, ou seja, uma região logisticamente essencial para o abastecimento alimentício da Coroa de Aragão. Uma das estratégias utilizadas pelo rei foram os diversos acordos diplomáticos e comerciais firmados com diferentes líderes de diferentes culturas e também os matrimônios, sendo os filhos^v, e o próprio Jaime II, as moedas de troca nesse complexo jogo político.

As constantes disputas travadas entre cristãos e muçulmanos pelo Ocidente latino criaram forças mercenárias irregulares e não oficiais de homens cujas ocupações eram realizar rapinas e incursões repentinas usando a força e a violência para saquear, tomar e expulsar muçulmanos de territórios reclamados por reinos católicos. Esses homens eram, em sua maioria, patrocinados por nobres, ricos mercadores ou pessoas com interesses particulares em empreitadas não oficiais com objetivos mais econômicos do que religiosos pelas terras e rotas orientais. Na Coroa de Aragão, ficaram conhecidos como *almogávares* e as maiores

histórias a respeito deles deve-se a fama adquirida pela Companhia Catalã do Oriente liderada pelo capitão Roger de Flor (1267-1305) cujos feitos foram narrados nas crônicas de Ramon Muntaner (1265-1336) sobre as diversas expedições saqueadoras a pedidos do rei Frederico II da Sicília (1272-1337 rei desde 1295), ou lutando para expulsar os turco-otomanos do Império Bizantino a pedido do imperador Andrônico II Paleólogo (1259-1332 imperador entre 1282 e 1328). Embora não reconhecidos por Jaime II, essas forças paralelas foram importantes precursoras da expansão aragonesa na Área do Levante e motivo de muitas controvérsias narrativas e crises diplomáticas (ABULAFIA, 2014, p. 118).

Essas incursões pela Grécia e Império Bizantino consolidaram o chamado *pancatalanismo*, ou seja, a tentativa de estabelecer a soberania comercial e também cultural (cristã) em território oriental islamizado ou com influência da Igreja Ortodoxa (MONTALVO, 2006, p. 229). A soberania catalã era exaltada na obra de Muntaner, porém, de acordo com cronistas bizantinos, como Paquimeres, a invasão da Grécia foi marcada pela violência, crueldade e agressividade dos mercenários catalães. Fato é que a empreitada não teve tanto sucesso na região por diversos fatores, tais como: a reação negativa e resistência dos nativos gregos, os interesses de Frederico II da Sicília (1272-1337 rei desde 1295) na região,

motivado pela formação de uma lucrativa rede comercial siculo levantino, a fragmentação do poder do Império Bizantino, disputado por turcos, venezianos e latinos, além da perda imperial da Sérvia e da Bulgária, deixando um território conflituoso para as tropas de Roger de Flor e da própria companhia catalã.

Durante o reinado de Jaime II uma das tentativas de formalizar os laços com o Império Bizantino e amenizar as tensões e disputas na região, foi através da negociação do casamento da sua filha, a princesa Violante de Aragão (1310-1353), com Filipe de Tarento (1294-1332), déspota de Epiro, rei da Albânia e imperador latino de Constantinopla. No entanto, a união foi breve, pois Filipe foi assassinado numa tentativa de tomarem o poder do despotado. Violante foi feita refém pelas facções rivais, mas foi salva com vida por tropas pontífices e aragonesas pelo seu irmão, Afonso IV (1299-1336, rei desde 1327), pois Jaime II já havia falecido um ano antes do casamento de Violante. Foi no final do século XIV, após diversos acordos políticos e comerciais, que Atenas (1338) e Neopatria (1391) se incorporaram formalmente a Coroa de Aragão.

Jaime II e o Mediterrâneo Oriental

Após a morte de Blanca de Anjou, e um curto período de luto, iniciaram as negociações de um novo casamento real. A união de Jaime II

com uma princesa cipriota era um assunto sério e necessitava de investigação prévia, assim como compreender os interesses da Coroa e tentar equilibrar diversos interesses políticos. Em 1311, os emissários aragoneses no Chipre começaram a trocar dezenas de cartas fazendo uma sondagem prévia sobre as condições econômicas da ilha, a segurança da mesma – visto que a expansão turca no Levante era concreta – e também as condições físicas das prováveis esposas de Jaime II.

As viagens feitas até o Chipre eram longas e custosas para os cofres régios, necessitando altas somas monetárias, por esses motivos, podemos compreender em maior escala a importância que a ilha tinha para os projetos políticos aragoneses. Devido à limitação de espaço e ao objetivo de traçar um breve panorama das relações entre Aragão e o Mediterrâneo, focaremos nas motivações do casamento e as consequências diretas para a Coroa, ignorando propositalmente as extensas negociações realizadas entre os reinos.

Uns dos mais notáveis inimigos da cristandade, além dos muçulmanos, foram os mongóis. A iminência de reformular um novo império, tão grande e poderoso como fora durante o governo de Gengis Khan (1162-1227, imperador desde 1206), ameaçava reis de diferentes localidades, principalmente o Império Bizantino e os ducados e principados do norte e leste europeu. Como os interesses aragoneses

estavam voltados para o Mediterrâneo Oriental, e o Chipre representava a porta de entrada para os mercados da Ásia Central, a ilha se encontrava ameaçada tanto pelos turcos quanto por muçulmanos e mongóis (McEVEDY, 2007, p.86). Um forte elemento cristão permeou a decisão de Jaime II em reforçar laços diplomáticos com o Reino da Armênia e procurar manter boas relações com os Emirados ghazi da Anatólia Ocidental e o Ilcanato mongol, propondo a ambos o apoio militar na contenção dos muçulmanos e, em contrapartida, mantendo o Chipre seguro para Aragão, possibilitando acesso aos mercados do Mar Negro e Cáspio para as companhias catalãs.

Jaime II também possuía os títulos de *gonfaloneiro*, almirante e capitão geral da Santa Igreja Romana, condecorações de elevado prestígio, cujas motivações estimularam o rei a prosseguir com os interesses papais no Oriente ao formar um protetorado sobre os reinos cristãos na região, como foi o caso do Chipre; tentar resgatar as relíquias sagradas além de retomar os territórios da Síria, São João do Acre, Antioquia e Trípoli dos muçulmanos. A ilha do Chipre era governada pela família francesa dos Lusignan, reis também de Jerusalém e da Armênia Cilícia (atual região sul da Turquia) região que abrigou refugiados cristãos das perseguições turco seljúcidas no medievo. Por conta do avanço turco-otomano, a própria ilha do Chipre estava em constante ameaça e pressão,

cujas existências dependiam de altos investimentos militares, construção de fortes e fortalezas, soldados e também da proteção do sultão do Egito mameluco. A situação cipriota era precária, embora os aragoneses não desconfiassem disso. Em 1311, a corte dos Lusignan propôs ao papa Clemente V (papado 1305-1314) uma aliança entre os armênios, cipriotas e aragoneses com os mongóis, exigindo do seu novo parceiro comercial, o rei Jaime II, o envio dos *almogávares* da Grécia para a Terra Santa a fim de garantir a proteção dos entrepostos comerciais no Mar Negro, evitando o avanço turco na Romênia e a provável extinção dessas rotas marítimas na região (FERRANDO, 1948, p.204).

Não podemos considerar somente as complexas influências religiosas e políticas nas decisões ponderadas por Jaime II, mas também uma questão cultural e de imaginário presente na época. O Chipre era uma das portas de entrada para as rotas asiáticas, portanto um dos mercados mais ricos e disputados no medievo. Nessas rotas se concentravam importantes mercados internacionais de produtos altamente requisitados, estimados e desejados no Ocidente latino oriundos de grandes centros urbanos da época. Devemos ampliar nossa análise em larga escala geográfica para reforçar a grande mobilidade, apesar das dificuldades, que havia no medievo, estimuladas principalmente através dessas rotas terrestres e, sobretudo marítimas

abertas através de acordos políticos e diplomáticos entre reinos. Além disso, a região central asiática, mais próxima do que chamamos hoje de Europa Oriental e Península Balcânica, possuía grandes cidades com populações superiores a cem mil pessoas, como foi o caso de Bagdá (atual Iraque), Cairo (atual Egito), Alepo (atual Síria), Shiraz (atual Irã) e a distante Samarcanda (atual Uzbequistão), região mais ocidental da Rota da Seda (China) (McEVEDY, 2007, p.79).

Um diálogo entre as civilizações do Oriente e do Ocidente na transição dos séculos XIII para o XIV é essencial para mostrar as interações e trocas culturais resultantes do intenso contato entre povos de localidades distintas, uma vez que havia uma grande mobilidade de agentes sociais tanto por vias terrestres quanto marítimas. Pensar o Reino de Aragão numa perspectiva somente peninsular é reducionista e empobrecedor, pois a expansão marítima aragonesa permitiu que a Península Ibérica conhecesse um mosaico de culturas e tradições desconhecidas, vindas de lugares distantes e desconhecidos por muitas pessoas. O Mar Mediterrâneo foi o elo em comum dessas culturas. Dos portos de Valência e Barcelona, as esquadras de Jaime II entraram em contato com os reinos de São João do Acre, os sultanatos do norte da África, as ilhas do Adriático e Egeu, estabeleceram entrepostos no Mar Negro e levaram riquezas para financiar aberturas de

estradas que interconectavam a China com o Ocidente. Do Egito mameluco provinha o trigo, o algodão, o linho, o papel, o açúcar e o alume; de Samarcanda provinha a seda chinesa; de Bagdá o algodão e os tecidos nobres, além, é claro, das estimadas especiarias (cravo, canela, pimenta, gengibre e noz moscada). Esses produtos foram inseridos na dieta das camadas sociais mais ricas do medievo, usados por cozinheiros na confecção de pratos sofisticados, por físicos na prevenção e tratamento de doenças, no tingimento de tecidos e nos banquetes festivos, tornando-se um elemento com fortes “tendências hedonistas dos consumidores ávidos por experimentar novas experiências gustativas, cercadas pelo prestígio de produtos procedentes de lugares remotos, alguns dos quais se acreditava terem vindo do Paraíso Terreno” (FREEDMAN, 2009, p. 78).

Somando os elementos excêntricos, é importante ressaltar que as cortes francesas eram sinônimos de sofisticação e riqueza pelos demais reinos do Ocidente, portanto, o Chipre, governando por uma dinastia francesa e localizado numa região rica e privilegiada, era a sobreposição ideal de elementos exóticos com o requinte francês e a presença de uma família real cristã. A decisão de firmar um matrimônio com uma rainha cipriota teve elementos tanto políticos quanto econômicos, mas não somente de natureza material e sim impulsionados por critérios também culturais e religiosos. O

soberano que governava o Chipre era Enrique II de Lusignan^{vi} (1270-1324, rei desde 1285), pai da princesa Maria cuja união firmou-se em 1315 na cidade de Nicosia (Chipre) celebrado através de bodas por poderes, ou seja, sem a necessidade do noivo (a) estar presente e sim um representante oficial do clero (MONTALVO, 2006, p.240).

Conforme apontam os biógrafos de Jaime II, Ernesto Martínez Ferrando (1948) e José Hinojosa Montalvo (2010), as relações entre o rei e a rainha eram distantes, frias e endossadas pelo desprezo pessoal, devido à aparência de Maria e sua impossibilidade de gerar herdeiros, e a raiva e frustração real devido ao grande calote dado pelo rei Enrique II ao pagar o dote de quinhentos mil soldos, soma suficiente para prosseguir com a expansão marítima catalã-aragonesa em território oriental. A rainha chegou a Barcelona com apenas trezentos mil soldos, sendo o saldo devedor, do total de quinhentos mil, retirados drasticamente das rendas da própria rainha de maneira bastante severa, conforme aponta a carta escrita no verão de 1318, onde ordenou a Bernardo de Segalar, escrivão real em Tortosa, cujas ordens diretas do rei foram as reduções das comidas, o corte de empregados e a presença de duas damas de companhia, reduzindo a um número similar de uma casa da baixa nobreza (FERRANDO, 1948, v. 2, p.184).

O pagamento do dote só se concretizou em 1319, após a morte da rainha Maria. Um fato interessante sobre o pagamento e que nos revela importantes elementos culturais e econômicos das relações com o Chipre, foi o aceite em pagar a dívida através do envio de sementes de cana. No começo do século XIV, a inserção da cana de açúcar na dieta das elites medievais ibéricas foi muito requisitada e valiosa, a ponto de Jaime II pedir para Bartolomeu Tallavia enviar da Sicília sementes de cana, algodão e um escravo sarraceno perito no cultivo para plantar em Valência^{vii}, pois era o território com as condições mais razoáveis para o plantio (RIERA-MELIS, 2009, p.28-29). O pedido foi o seguinte:

“(…) Propterea vos rogamus quatenus duos sclavos sarracenos quorum alter sit magistro cottonis et alter de cannamellis et de semine cottonis et cannamellis ipsarum in quantitate decenti ad nos ilico transmittatis et significetis nobis precium quod pro predictis solveritis. Nos enim ipsum precium faciemus tradi illi cum quo nobis predicta misseritis vel cui nobis significaveritis in vestris litteris responsivis”.^{viii} (JAIME II, 1948, v.2, p.19-20).

Apesar de a dívida ter sido quitada, as relações com o Chipre foram um fracasso. A empreitada foi custosa para os cofres aragoneses e também não conseguiram retomar a Terra Santa, tampouco conter o avanço turco-otomano na região. O excesso de riquezas depositados na empreitada catalã no Oriente desagradou a nobres e membros da aristocracia, insatisfeitos e revoltados com o crescimento e pujança da

cidade de Valência em oposição à redução dos poderes da nobreza instalada ao norte do reino.

As ambições ultramarinas aragonesas tiveram altos custos aos cofres públicos. O preço cobrado afetou não somente a realeza, mas também outras camadas sociais, sobretudo a população comum e as minorias étnicas residentes na região, como os judeus e muçulmanos. Havia uma questão de ordem econômica no cenário caótico instaurado entre 1295 e 1300: os gastos excessivos com a expansão marítima, somados com uma crise de abastecimento agrícola levaram ao aumento de impostos e também dos preços de gêneros alimentares. A população foi castigada em triplo, com uma elevada tributação, a baixa oferta de alimentos e a queda do poder aquisitivo de produtos básicos. Essa combinação de fatores levou a motins populares, revoltas camponesas e também a circulação de moedas falsas, além de conspirações por parte da própria nobreza ao tentar destituir Jaime II (SARASA SÁNCHEZ, 1997, p.7).

A expressão do poder real não se limitou somente no espaço palaciano ou nas sedes do reino, Jaime II estendeu sua autoridade em todos os domínios ultramarinos, principalmente na Córsega, Sardenha, Chipre e em partes da Tessália (parte norte da Grécia) enfeudando essas regiões, doando para nobres e aplicando as jurisdições aragonesas em terra estrangeiras. A partir de 1312 e 1313, os documentos oficiais já

nominavam o rei como *Jacobus Dei gracia rex aragonum, Valencie et Murcie, comes Barchimone ac Sanctae Romane Ecclesie Vexillarius, Ammiratus ac Capitaneus generalis, senyaler, almirante e capità de Cerdenã e Corcega*. Ou seja, além de rei era senhor, almirante, general, capitão e líder espiritual dos povos submetidos ao poder aragonês tanto na península quanto no além-mar (MONTALVO, 2006: p.246; SABATÉ, 2013, p.57).

Esses títulos recebidos, além das centenas de viagens pelo território peninsular e também marítimo, nos revelam uma característica muito importante de alguns monarcas cristãos no medievo, e, mais expressivamente na pessoa de Jaime II. A grande maioria dos reinos medievais do Ocidente Latino, sobretudo nos séculos centrais da Idade Média, possuíam cortes itinerantes, ou seja, não havia, aparentemente, uma burocracia organizada e centrada numa cidade sede, onde os monarcas permaneciam fixos exercendo sua autoridade política. O mundo medieval era baseado nas relações pessoais e feudo-vassálicas, uma civilização da voz, do gesto e da encenação forçando esses monarcas a encontrarem meios necessários para sair em peregrinação pelo seu território, sejam por motivos bélicos, políticos, religiosos ou até mesmo salutareis. Esses deslocamentos constantes envolviam uma grande logística, seja o provimento de alimentos até as hospedarias e hostes necessárias para acomodar seus séquitos

assim como a organização interna para garantir a segurança régia e baldear o necessário para a comodidade do monarca.

O aspecto itinerante dessas cortes não era uma imposição ou regra, mas uma escolha pessoal dos reis. Na Coroa de Aragão, desde o reinado de Jaime I, quando o reino iniciou um processo de expansão marítima pelo Mediterrâneo, e também conquistando Valência e Murcia, ao sul da Península Ibérica, percebemos a necessidade constante de perambular pelas novas terras. O contato direto com os reis imprimia uma imagem de majestade à população local, pois os rituais e cerimoniais realizados nos castelos eram encenados nas vilas e cercanias por onde a corte passava, levando a justiça, a resolução dos conflitos e reforçando o poder por todo o reino (LÓPEZ, 2008, p.381-382).

A Coroa de Aragão e o norte da África: um espaço de primeira ordem

As relações comerciais e diplomáticas firmadas com o espaço africano eram prioritárias nas decisões políticas reais. A proximidade geográfica e a variedade de produtos oriundos do continente estreitaram os laços econômicos entre ambas as regiões ao longo dos anos, sobretudo no reinado de Jaime II, que criou protetorados nas principais cidades do Magreb, por exemplo, em Tremecén e Bugia (atual Argélia), Tunís

(atual Tunísia) e Trípoli (atual Líbia), pertencentes ao Califado Omíada, e também em Alexandria, principal porto comercial do Sultanato Mameluco do Egito. Esses protetorados eram regiões dentro de cidades estrangeiras, com autonomia jurídica, fiscal e diplomática instalados pelos aragoneses para facilitar as intensas negociações comerciais e cambiais entre reinos, além de receber as mercadorias vindas das rotas e caravanas do Saara para serem escoadas no litoral mediterrânico.

O alcance do comércio aragonês não se limitou somente ao litoral norte africano. Há indícios que os mercadores barceloneses e valencianos se aventuraram também pelo interior do Saara e barganharam acordos com o rico e poderoso Império de Mali e Gana, governado pelo mansa Kandu Muça I (reinado 1312-1332). Na época, o mansa era líder de mais de um milhão de pessoas, número bastante elevado para os padrões demográficos da época. Essa região era uma importante fornecedora de ouro e escravos, capturados no interior do continente e vendidos nos portos africanos. Uma hipótese é que as mercadorias provenientes de Mali tenham sido trazidas por caravanas até os portos e dali vendida aos aragoneses. Apesar de carecer de fontes históricas acerca desse contato, a fama dos imperadores de Mali, como políticos ricos e possuidores de milhares de escravos, era grande e se espalhavam pelos califados, sultanatos e

reinos cristãos do Ocidente. Por exemplo, em 1375, conforme o *Atlas Catalão*, produzido pelo cosmógrafo judeu maiorquino Abraão Cresques (1325-1387) e Jafuda Cresques, o mansa de Mali foi retratado de maneira imponente, segurando um globo de ouro, vestido com panos e tecidos coloridos. O cronista árabe Al-Omari (1349) conta que o mansa cruzou o Saara com mais de sessenta mil escravos e chegou ao Cairo com duas toneladas de ouro. Esses exageros dos cronistas atravessaram o Mediterrâneo e estimularam a imaginação dos mercadores, cosmógrafos, reis e pessoas comuns. Apesar das crônicas e do atlas serem posteriores ao reinado de Jaime II, Muça I – líder mais conhecido no Ocidente – viveu e morreu próximo ao rei aragonês, portanto, a existência dele não passou despercebida por um monarca com projetos mercantis tão ambiciosos (COSTA, 2009).

Há algumas hipóteses acerca dessas relações entre aragoneses e o Império de Mali na época de Jaime II: a primeira delas era que Mali fornecia algodão, ouro e escravos pelas rotas saarianas até Tripoli ou Tunís, para então serem vendidas aos mercadores barceloneses; a segunda hipótese seria que os próprios mercadores se aventuraram, com ajuda dos locais, até Djenne (atual Mali e principal centro econômico do império africano) para realizar compras sem a cobrança extra de impostos e taxas alfandegárias dos califados. Os projetos internacionais de Jaime II efetivaram-se de fato

com os merínidas do Marrocos, a Tunís dos ziríadas e o Cairo dos fatímidas. Essas linhagens de grande importância para o Islã eram fundamentais para a Coroa de Aragão. A mesma importância dada pelo rei para a região era recíproca. Por exemplo, os sultões egípcios permitiram, além dos protetorados, a instalação dos consulados (*alfòndecs*) imunes às políticas do Islã em relação aos mercadores, peregrinos e habitantes de territórios peninsulares e ultramarinos aragoneses (MONTALVO, 2006, p.223). Havia períodos de tensão e paz entre esses reinos, afinal, há embates políticos e também teológicos de duas religiões monoteístas com pretensões universais. Entre 1304 e 1305 Aragão interrompeu o comércio com o Sultanato Egípcio diante da perseguição e violência contra cristãos peregrinos rumo à Terra Santa ou, também, a quase guerra declarada ao Califado do Marrocos quando Aragão apoiou Castela para o controle do Estreito de Gibraltar. No entanto, na diplomacia, prevaleceram sempre as tentativas de paz diante da iminência de uma guerra, por exemplo, a paz mútua firmada em 1304, quando o sultão do Marrocos Abu Yaqub Yusuf (reinado 1286-1305) se declarou vassalo do rei de Aragão e doou ao monarca mais de dez mil dinares de ouro, além de fornecer trigo periodicamente num período que Aragão passava por uma séria crise agrícola interna e tentava quitar dívidas altas. Na mesma década, no ano de 1310, foi firmado o Tratado de Fez, cujas relações comerciais com o

Marrocos deixaram o Reino de Granada alerta diante de uma possível ameaça dupla: Aragão e o Marrocos para a derrubada do último reino muçulmano na Península Ibérica (HOURAINE, 2001, p.143; MONTALVO, 2006, p.226-227).

Considerações finais

O Mar Mediterrâneo foi um espaço de primeira ordem e vital para a manutenção de diversos reinos pelo Ocidente latino e também regiões no norte da África, Área do Levante e Península Arábica. Durante o medievo, suas águas presenciaram incontáveis disputas, guerras e conflitos na tentativa de monopolizar ao máximo os recursos naturais provenientes, além do controle das rotas marítimas responsáveis por grandes fortunas da época. No reinado de Jaime II (1291 a 1327), a Coroa de Aragão almejou conquistar territórios ultramarinos devido às sucessivas derrotas peninsulares e a ameaça de reduzir suas fronteiras para reinos vizinhos, como a França e Castela. Esse projeto ambicioso se iniciou com Jaime I, mas se concretizou somente com Pedro IV, no término da dinastia apenas. Os acordos políticos firmados com reis, sultões, califas, imperadores e vizires mostraram a grande habilidade diplomática do rei aragonês em ampliar sua influência pelo mar e estabelecer contatos com lugares distantes. As rotas marítimas abertas pelos monarcas de Aragão permitem derrubar alguns preconceitos

historiográficos acerca do medievo, indicando uma intensa e estimulante mobilidade, além de trocas e transferências culturais entre culturas bastante distintas não somente de agentes sociais, mas também de novos elementos biológicos inseridos na dieta, na medicina e no paladar de populações ávidas pelo exótico e desconhecido. A contrapartida pela ambição régia foi alta, pois a glória narrada pelo cronista como Ramón Muntaner excluiu de suas narrativas a revolta da nobreza, o grande endividamento dos cofres reais, a perda de territórios em batalhas vexatórias, o calote dado pelo rei do Chipre, o fracasso frente ao avanço turco-otomano e as ameaças físicas sujeitas pelos seus filhos, casados com monarcas do Mediterrâneo Oriental em matrimônios puramente políticos. Entre vitórias, conquistas, exageros narrativos, casamentos a contragosto, o reinado de Jaime II foi um exemplo concreto de que os interesses e glórias da Coroa de Aragão antecederiam qualquer vontade própria ou sentimento diante do ambicioso projeto de formar um império marítimo no medievo.

REFERÊNCIAS

Fontes:

ESTAL, J. M. **Itinerario de Jaime II de Aragón** (1291-1327). Zaragoza: Institución Fernando, el Católico, 2009.

FERRANDO, J.E.M. **Jaime II de Aragón: Su vida familiar** (vol. 2: documentos). Barcelona: Sección de Barcelona, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1948.

Bibliografia:

ABULAFIA, David. **The Western Mediterranean Kingdoms (1200-1500): The struggle for dominion**. Nova York: Routledge, 2014.

COSTA, Ricardo. “A expansão árabe na África e os Impérios Negros de Gana, Mali e Songai (sécs. VII-XVI)”. In: NISHIKAWA, Taise Ferreira da Conceição. **História Medieval: História II**. São Paulo: Pearson, 2009, p. 34-53.

Disponível em: <https://www.ricardocosta.com/artigo/expansao-arabe-na-africa-e-os-imperios-negros-de-gana-mali-e-songai-secs-vii-xvi>

FREEDMAN, Paul. **A História do Sabor**. Editora SENAC, São Paulo, 2009.

GIUNTA, F. **Aragoneses y catalanes en el Mediterráneo**. Barcelona: Ariel, 1988.

HOURAINE, Alain. **Uma História dos Povos Árabes**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

LE GOFF, Jacques. “Rei”. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean Claude. **Dicionário Analítico do Ocidente Medieval**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

LÓPEZ, A.R. “Viajar y gobernar: la monarquía itinerante”. In: **Viajar em la Edad Media**. Anais

da XIX semana de Estudios Medievales. Nájera, ES: Instituto de Estudios Riojanos, 2008.

MATILLA, Enrique Rodríguez-Picavea. **La Corona de Aragón em la Edad Media**. Madrid: AKAL, 2006.

McEVEDY, Colin. **Atlas de História Medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MONTALVO, J. H. (2006). **Jaime II y el esplendor de la Corona de Aragón**. San Sebastián: Editora NEREA, 2006.

RIERA-MELIS, Antoni. “O Mediterrâneo, crisol de tradições alimentares. A herança islâmica na culinária catalã medieval”. In: MONTANARI, Massimo. (Org.) **O mundo na cozinha: história, identidade, trocas**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

SABATÉ, Flocél. “A Coroa de Aragão: identidade e especificidade política e social”. In: **Revista Signum**, v. 14, 2013, p. 54-72.

SARASA SÁNCHEZ, E. S. **El Reino de Aragón em la época de Jaime II (1291-1327)**, 1997. Disponível em: https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/6833/1/HM_11_16.pdf

NOTAS

ⁱ Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), bolsista CNPq e pesquisador discente do Núcleo de Estudos Mediterrânicos (NEMED).

ⁱⁱ O primeiro casamento de Jaime II com Isabel de Castela, filha de Sancho IV e Maria de Molina. Em 1291 foi dispensado pelo papado devido aos laços de consanguinidade. No entanto, não houve esforços aragoneses em forjar um novo matrimônio. Em 1319, o primogênito Jaime de Aragão e Anjou anulou seu

casamento com Leonor de Castela, filha de Fernando IV e Constança de Portugal. Essa união não gerou herdeiros.

ⁱⁱⁱ As tropas lideradas pelo conde Carlos de Anjou eram chamadas de *angevinos*, um equivalente a Anjou.

^{iv} A ideia foi abandonada por falta de interesse dos reis e também de recursos financeiros. As Cruzadas se mostraram um grande fracasso e a tentativa de retomá-las não foi bem aceita por diversos líderes da cristandade, permanecendo apenas nos projetos e ambições papais. No caso da Coroa de Aragão, os monarcas preferiram tratados comerciais e acordos de paz com os turco-otomanos, mongóis e muçulmanos, usando o comércio como ferramenta pacificadora.

^v Jaime II teve ao todo dez filhos com Blanca de Anjou. O exemplo mais claro sobre a utilização de seus filhos como peças diplomáticas foi com a infanta Violante de Aragão (1236-1301) sua última filha. A jovem princesa foi usada desde os oito anos de idade como promessa de matrimônio para diversos reis: o primeiro pretendente foi Carlos IV da França, que negou a união alegando a pouca idade da pretendente; o segundo foi o futuro rei da Inglaterra, Eduardo III, mas este se casou com Filipa de Hainault, herdeira do Reino da Holanda e Zelândia; a terceira tentativa de casamento foi com Afonso XI de Castela, que se casou com Maria, infanta de Portugal; a quarta tentativa foi de fato consumada com Filipe de Tarento, déspota de Epiro, mas o assassinato do seu marido por facções políticas gregas a fez voltar para Barcelona, fugindo do cenário violento da região. Em cartas trocadas ao irmão, o rei Afonso de Aragão, a jovem pede para se tornar priora em um convento, mas o pedido foi negado e casa com o conde Lope de Luna, descendente de uma família aristocrática influente na região do Languedoc.

^{vi} Enrique II foi deposto em 1310, pelo seu irmão Amaury de Lusignan, mas logo retomou o poder e encerrou as negociações com os aragoneses para casar sua filha mais velha, Maria (1279-1319), com Jaime II.

^{vii} Valência era uma taifa muçulmana anexada pela Coroa de Aragão entre 1229 e 1245.

^{viii} Uma tradução livre, e resumida da carta seria: “Pedimos o envio de dois escravos muçulmanos, dois dos quais um é o mestre e o outro o aprendiz, com conhecimentos adequados para o plantio de algodão e cana-de-açúcar. Iremos pagá-los separadamente e deverão ser entregues diretamente à nós”.

Recebido em: 28/07/2019.

Aprovado em: 21/08/2019.

Publicado em: 31/08/2019.